
Manuel Carlos Silva, Maria Luísa Lima, José Manuel Sobral, Helena Araújo e Fernando Bessa Ribeiro (orgs.) (2016), *Desigualdades e políticas de género*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, pp.304.

Ana Maria Brandão



Edição electrónica

URL: <http://configuracoes.revues.org/4113>
DOI: 10.4000/configuracoes.4113
ISSN: 2182-7419

Editora

Centro de Investigação em Ciências
Sociais

Edição impressa

Paginação: 105-106
ISSN: 1646-5075

Refêrencia eletrónica

Ana Maria Brandão, « Manuel Carlos Silva, Maria Luísa Lima, José Manuel Sobral, Helena Araújo e Fernando Bessa Ribeiro (orgs.) (2016), *Desigualdades e políticas de género*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, pp.304. », *Configurações* [Online], 19 | 2017, posto online no dia 30 Junho 2017, consultado o 07 Julho 2017. URL : <http://configuracoes.revues.org/4113> ; DOI : 10.4000/configuracoes.4113

Manuel Carlos Silva, Maria Luísa Lima, José Manuel Sobral, Helena Araújo e Fernando Bessa Ribeiro (orgs.) (2016), *Desigualdades e políticas de género*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, pp.304.

ANA MARIA BRANDÃO*
Universidade do Minho

Organizada em duas partes e onze capítulos, a obra *Desigualdades e Políticas de Género* reúne contributos de oradores do Colóquio Internacional sobre *Desigualdades e Políticas de Género*, que teve lugar nos dias 28 e 29 de novembro de 2011, na Universidade do Minho (Parte I), e resultados do projeto de investigação *(Des)igualdades de Género no Trabalho e na Vida Privada: Das leis às práticas sociais* (PTDC/SDE/72257/2006), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, liderado por Manuel Carlos Silva (Parte II).

O capítulo introdutório, assinado pelos organizadores, apresenta um enquadramento geral das condições de inscrição das desigualdades de género na agenda política, com particular ênfase nos contributos do feminismo nas suas vertentes política e conceptual, para, de seguida, dar conta da estratégia metodológica mobilizada no projeto de investigação citado, concluindo com uma síntese dos conteúdos da obra. Como sublinham os autores, o almejado acesso das mulheres ao trabalho remunerado como condição da sua autonomia não teve os resultados esperados. Se, inegavelmente, a situação das mulheres é, hoje, bem distinta daquela em que se encontravam à data da primeira vaga do feminismo – e mais favorável –, está-se ainda longe da igualdade.

No capítulo dois, Sara Falcão Casaca apresenta uma síntese do que designa, retomando a noção de Crompton e Harris (1998), as abordagens “pluralistas” da divisão sexual do trabalho. Começando a discussão na transição do estruturalismo para o construtivismo como abordagem dominante do género, e recorrendo à discussão de contributos de autores nacionais e internacionais de

*Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e Investigadora Integrada do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo Universidade do Minho. E-mail: anabrandao@ics.uminho.pt

referência, a autora mostra a importância de combinar a influência das condicionantes estruturais, dos fatores culturais e da dinâmica das relações interpessoais na análise das desigualdades de género – em particular, das que ocorrem no domínio do trabalho –, algo que ficará patente nas secções seguintes da obra.

Nos capítulos três a seis, discutem-se dados empíricos da desigualdade de género em três domínios distintos, mas interligados: a economia doméstica (da autoria de Capitolina Díaz Martínez e Sandra Dema Moreno), os usos do tempo e o recurso à tecnologia na divisão do trabalho doméstico (da autoria de Maria Johanna Schouten), a evolução dos indicadores do (des)emprego em Portugal e na Europa (da autoria de Aleksandra Queiroz, Manuel Carlos Silva, Ana Reis Jorge e Maria Canelhas) e a atividade empreendedora (da autoria de Ana Paula Marques), respetivamente. Cobrindo domínios distintos, a influência do género está bem patente na tendência geral que perpassa as análises dos/as autores/as: as mulheres continuam a apresentar uma situação de desvantagem face aos homens, sobretudo quando se faz entrar na análise a conjugalidade e a maternidade, ambas operando no sentido do reforço da divisão sexual do trabalho e da reprodução da ordem de género.

Na Parte II da obra são discutidos os resultados do projeto de investigação que dá título à obra. No capítulo sete, assinado por Helena Araújo e Manuel Carlos Silva, é apresentado o retrato sociodemográfico dos inquiridos e respetivos agregados familiares.

Nos capítulos oito a onze discutem-se os dados empíricos recolhidos para dar conta da influência do género na expressão e aceitação/rejeição do sexismo (assinado por Maria Luísa Lima e José Manuel Sobral), na relação entre religião e participação política (assinado por Manuel Carlos Silva e Fernando Bessa Ribeiro), nos processos judiciais de divórcio (assinado por Manuel Carlos Silva e Ana Reis Jorge) e nos processos de regulação das responsabilidades parentais (assinado por Ana Reis Jorge). Tal como acontece com os dados empíricos dos estudos discutidos na Parte I, destaca-se, nesta segunda parte da obra, a persistência da desigualdade de género em desfavor das mulheres, mas também a sua própria “colaboração” na sua reprodução, visível, por exemplo, numa certa aceitação de expressões subtis de sexismo ou no não questionamento da responsabilização prioritária das mulheres pela guarda e prestação de cuidados aos filhos.

A obra *Desigualdades e Políticas de Género* demonstra, portanto, no seu conjunto, que se uma parte do caminho no sentido da igualdade entre homens e mulheres foi já percorrida, sobretudo (embora não unicamente) ao nível mais estrutural e formal dos ordenamentos político-jurídicos, há ainda muito a fazer, especialmente ao nível das representações normativas do género que têm efeitos nas relações interpessoais. Talvez seja, pois, tempo, de começar a olhar mais para aquilo que pode – e deve – ser feito ao nível microssocial.